

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.487.801 - RS
(2019/0108544-3)**

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : CLEIDOMAR BARBOSA ANTUNES
ADVOGADOS : RICARDO FELIX MANAA - RS073386
ROMEU OSVALDO PACHECO - RS102670
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por CLEIDOMAR BARBOSA ANTUNES à decisão de fls. 429/430, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

Ao prolatar referida decisão Vossa Excelência desconsiderou o documento juntado em fl. 282, documento esse que se trata de um substabelecimento com reserva de poderes, consistindo na transferência provisória dos poderes, podendo o procurador reassumi-los a qualquer tempo.

Ou seja, o advogado que confere o substabelecimento não se desliga do processo, apenas compartilha os seus poderes com outro mandatário.

Dessa feita, inexistem razões para o não conhecimento do recurso pelo douto Ministro uma vez que ambos procuradores estão devidamente habilitados e autorizados a atuarem no processo (fl. 437).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

No caso, a parte recorrente, no momento da interposição dos recursos, não procedeu à juntada da cadeia completa de procuração e/ou substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do recurso especial, Dr. Romeu Osvaldo Pacheco, e do agravo em recurso especial, Dr. Ricardo Felix Manaa.

Entretanto, o marco temporal de aplicação do Código de Processo Civil de

Superior Tribunal de Justiça

2015 é a intimação do *decisum* recorrido que, no presente caso, foi realizada após 18/3/2016, já sob a égide do novo *codex* processual.

Assim, nos termos do Enunciado Administrativo n. 3 do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC", em observância ao princípio do *tempus regit actum*, ou seja, no presente caso aplicam-se as regras do Código de Processo Civil de 2015.

Dessa forma, nos termos do art. 76, c/c o art. 932, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil, foi intimada a parte recorrente para regularizar a representação processual, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, ficou-se inerte. Assim, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Veja-se que não há a procuração originária da parte ora Embargante, conferindo poderes ao Dr. Ricardo Manaa, OAB/RS nº 73.386, o causídico que substabeleceu à fl. 357.

Dessa forma, o instrumento de substabelecimento ao Dr. Romeu Osvaldo Pacheco não tem eficácia, pois o substabelecimento não subsiste por si só, sem uma procuração que lhe dê suporte, sendo impossível substabelecer um poder que não existe nos autos (AgRg nos EREsp 685.903/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 10/10/2008.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de**

Superior Tribunal de Justiça

2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).

Por fim, **não conheço da petição dos embargos de declaração** (fls. 441/449), uma vez que ocorreu a preclusão consumativa da prática do ato com apresentação da petição de fls. 432/440.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

